



EPEPE
ENCONTRO DE PESQUISA
EDUCACIONAL
EM PERNAMBUCO

**Educação e Desenvolvimento
na Perspectiva do Direito à Educação**

Eixo 1 – Educação, Currículo e Diversidade Cultural

CONSTRUINDO IDENTIDADE(S) JOVENS NUMA PERSPECTIVA TRANSDISCIPLINAR E PÓS-CRÍTICA¹

José Anierivson Souza dos Santos – UFRPE/FUNDAJ

RESUMO

Com a fundação do Instituto de Protagonismo Juvenil em 2010, o município de Surubim/PE vem desenvolvendo atividades de participação social, empoderamento e construção da identidade juvenil. Com seu lema “promovendo a cidadania e o protagonismo juvenil”, o IPJ, desde sua fundação, já desenvolveu diferentes ações que têm colocado em pauta os anseios e os problemas da juventude de Surubim. Neste artigo, apresentaremos fundamentados em uma análise bibliográfica e levando em consideração observações prévias realizadas na organização estudada, uma breve descrição sócio-histórica do surgimento do sujeito jovem de direito. Trataremos também a respeito da construção da(s) identidade(s) juvenis em Surubim; da construção/fundação do IPJ e sua interrelação com a juventude e suas Políticas Públicas; de como os processos educativos do IPJ apontam para uma prática transdisciplinar e por fim, trataremos sobre a construção da juventude através de uma visão pós-crítica e transdisciplinar. Destacamos aqui nossa investigação para compreender como os processos educativos do IPJ contribuem na construção da(s) identidade(s) da juventude na cidade de Surubim.

Palavras Chaves: Juventudes. Identidades. Instituto de Protagonismo Juvenil. Transdisciplinaridade. Currículo pós-crítico.

¹ Este artigo faz parte de uma pesquisa em andamento do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Culturas e Identidades (UFRPE/FUNDAJ).

INTRODUÇÃO

Desde maio de 2010 com a fundação do Instituto de Protagonismo Juvenil (IPJ), o município de Surubim, interior de Pernambuco, vem desenvolvendo atividades de participação social e empoderamento juvenil. Com seu lema “promovendo a cidadania e o protagonismo juvenil” o IPJ já desenvolveu diferentes ações que têm colocado em pauta os anseios e os problemas da juventude de Surubim e região.

O IPJ² “foi criado por jovens provenientes da Pastoral da Juventude (PJ) de Surubim que idealizaram uma nova organização que trabalhasse com toda juventude por sempre acreditar no potencial criativo e inovador do jovem” (INSTITUTO..., 2013). Nessa perspectiva, segundo o Website do IPJ, o mesmo nasceu “como resposta aos gritos daqueles (...) mais necessitados de políticas (...) que garantisse a igualdade entre os povos e que promovesse seu protagonismo em todas as instâncias” (2013).

Essas estruturas sociais, como o IPJ, são importantes para contribuir com a sociedade civil no exercício de sua cidadania, através, não apenas, de manifestações e reivindicações, como diz Ribeiro (s/d). Ao longo dos seus quatro anos de atuação, o IPJ tem contribuído para a politização de sua juventude, sua participação cidadã, interferir diretamente na construção de Políticas Públicas destinadas à juventude e no processo de formação de identidade(s) juvenis.

Woodward afirma que a “identidade é marcada pela diferença, mas parece que algumas diferenças (...) são vistas como mais importantes que outras (...)”, e ainda destacamos que esta diferenciação se dá de lugar para lugar, de comunidade para comunidade, de faixa etária em faixa etária, e em distintos momentos, no que concerne à construção identitária do grupo juvenil surubinense (2007, p. 11).

A dinâmica entre passado e presente é importante para a definição e a construção de identidades – neste caso da juventude. Aquilo que identifica a parcela

² O IPJ é uma Organização Não-Governamental com sede e foro na cidade de Surubim/PE, na Rua Cônego Benigno Lira, s/n, Centro, CEP: 55750-000. Em agosto de 2013 o IPJ abriu uma filial na cidade de Marília/SP.

jovem surubinese das demais classes sociais são os símbolos de sua cidade, o que em comum, todos partilham: a bandeira oficial do município ou as condições (ou sua falta) de saneamento urbano, por exemplo. O que difere, porém, esta parcela jovem das demais são suas demandas particulares e suas necessidades pessoais, que muito embora perpassasse pelas demais camadas, são condições diferentes para este grupo, que por si só não é homogêneo, assim como não é a própria identidade. Nessa perspectiva, o processo de construção de identidades é “o que define esses movimentos sociais, marcados por uma preocupação profunda pela identidade: o que ela significa, como ela é produzida e como é contestada”, conforme afirmou Woodward (2007, p. 34).

Alguns questionamentos são norteadores e surgem na perspectiva de ser ponto de partida para a elaboração deste artigo, que se configura como resultado parcial da pesquisa do curso de mestrado em Educação, Culturas e Identidades (UFRPE/FUNDAJ) e tem como temática central os processos educativos que contribuem na construção de identidade(s) da juventude(s). O problema deste artigo é o de responder a pergunta: “qual forma os processos educativos do IPJ contribuem na construção da(s) identidade(s) da juventude na cidade de Surubim?”. Assim, nosso objetivo é fazer uma investigação para compreender de que maneira esses processos educativos do IPJ têm contribuído para a construção identitária da juventude em Surubim.

Para responder esse questionamento e alcançar nosso objetivo, fizemos uso de pesquisa teórica e empírica, ou seja, para dialogar com as experiências de observações realizadas no campo de trabalho do IPJ nos utilizamos de estudos já realizados acerca da compreensão e conceituação da juventude, como categoria social; da construção da identidade e dos processos transdisciplinar e pós-crítico que dialogam com as práticas educativo-culturais na formação do sujeito.

Dessa forma, apresentaremos uma breve descrição sócio-histórica do surgimento do sujeito jovem de direito. Trataremos também a respeito da construção da(s) identidade(s) juvenis em Surubim; da construção/fundação do IPJ e sua interrelação com a juventude e suas Políticas; de como os processos educativos do IPJ apontam para uma prática transdisciplinar e por fim, trataremos sobre a construção da juventude a partir de uma visão pós-crítica e transdisciplinar.

O SURGIMENTO DO SUJEITO JOVEM

Nos últimos anos o debate sobre juventude e sobre as políticas públicas destinadas a esse seguimento têm crescido bastante. O fenômeno juvenil vem sendo alvo de diversas pesquisas, tanto dos governos como de Organizações Não Governamentais (ONG), estudiosos, acadêmicos, entre outros, tendo visivelmente a crescente “onda” de projetos e entidades ligadas ao assunto.

Os movimentos que começaram a sua articulação estavam na década de 70 e 80, em torno dos movimentos estudantis e dos partidos políticos (ABRAMO, 2007). Quando o tema “juventude” alcança a agenda política vem impulsionado de uma problemática reiterada pela sociedade com os chamados Problemas da Juventude³. Noutro viés, a criação desses movimentos já contribui para a participação dos jovens na construção de propostas na agenda política. Essa é uma questão que precisaria ser mais aprofundada, entretanto não é foco de nossa pesquisa.

De fato, outras perguntas nos norteiam de modo mais preciso, a saber: O que é juventude? O que é ser jovem?

Para arriscar uma resposta a essas indagações, é preciso levar em consideração fatores importantes como faixa etária, condições socioeconômicas, cultura, localização e uma série de outros elementos que colaboram para a construção do conceito de juventude e do(s) significado(s) de ser jovem em cada sociedade. Muito embora consideremos estes fatores, o conceito do que é juventude ou o que significa ser jovem não é simples de ser respondido, visto a diversidade e a singularidade de aspectos em que tais perguntas estão inseridas. O que nos parece sensato dizer é que o “conceito de juventude é bem elástico”, incluindo, ou talvez seja melhor dizer, não excluindo os adultos (KEHL, 2004, p. 89). De um lado, temos a compreensão da juventude através de um recorte etário (que veremos melhor a seguir) o que exclui todas as outras pessoas fora desse recorte e, de outro, temos o senso comum de que ser jovem é ter força de vontade, ser viril, dinâmico, etc., o que engrossa os sujeitos que podem fazer parte desse grupo, incluindo não somente “os

³ Situação onde coloca moças e rapazes em situação de agressividade, desvio de comportamento e riscos para a sociedade.

de idade jovem”, mas os “jovens de idade” ou ainda, “jovens de espírito”. Esta, é claro, uma questão que será melhor desenvolvida ao longo deste trabalho.

Segundo Abramo (1994), alguns estudos insistem na ideia de se falar em várias juventudes, no plural, que surge na necessidade de perceber que existe uma diversidade de “culturas jovens” com características e especificidades peculiares. Isso para dizer que não é possível pensar a juventude como um fator social e/ou biológico igual e homogêneo, mesmo entre si.

Conceituar o ser jovem nunca foi tão simples em nenhuma sociedade. O tema foi, e é, causa de desafio recorrente em muitas delas. Assim como existem várias definições sobre juventude(s), também o “ser jovem” ganha diversos aspectos: do desenvolvimento biológico e psicológico da pessoa; das definições de oportunidades; das prioridades baseadas por aspectos demográficos e estatísticos, das posições sociológicas que definem “o ser jovem” como um período de diversas e complexas transições que levam à emancipação e à autonomia ou a outras formas de dependência distintas da condição de vida anterior.

Maria Rita Kehl comenta que a juventude, além de um sintoma da cultura, é um estado de espírito (2004). Ao passo em que essa juventude representa uma considerada fatia do mercado de consumo, é também uma condição onde todos querem ser incluídos. Ainda segundo Kehl, saímos da fase juvenil e pulamos para a velhice, deixando uma lacuna no lugar que deveria ser ocupado pelo adulto (2004).

Juventude também é um conjunto de sentidos e corporeidade. Como citou Martin-Barbero (2008) a questão do ser jovem está imbuída de distintos rituais, entre eles o de se vestir, tatuar-se, o cuidado com a estética do corpo e de se adequar aos modelos proposto pela sociedade, pela mídia e pela moda. Seria, por assim dizer, que estes rituais são uma linguagem usada pela juventude e ainda para juntar estes jovens “através da comunicação corporal que ela gera” (MARTIN-BARBERO, 2008, p. 22).

A essa questão da produção de estilos por parte dessa juventude, Abramo comenta que

envolve a elaboração crítica de questões relativas à sua condição e a seu tempo e significa também um esforço de expressão dessas elaborações no espaço público, esforço que implica em uma intenção de intervir nos acontecimentos (ABRAMO, 1994, p. xv).

Ainda, surge a compreensão de que a juventude está condicionada a ser um momento da vida vivido com menores responsabilidades para, de um lado, romper com a condição de carência e por outro, na possibilidade de experimentar/viver momentos de prazer, diversão e lazer (KOWARICK, 1985; MADEIRA, 1986, TELLES e ABRAMO, 1985 *apud* ABRAMO, 1994). Com base nessa afirmação Abramo comenta que entre os jovens das camadas populares essa noção de juventude está ligada na possibilidade de escapar das dificuldades de sua vida, seja pela necessidade da construção de uma proposta de futuro, seja pela condição maior de liberdade para se gozar a vida (1994). A autora ainda caracteriza essa “fase” a uma ideia de moratória, que diz respeito a uma condição maior desses sujeitos a autonomia, que ela chama de “autonomia de movimentos”, e um menor número de responsabilidade que a vida adulta parece exigir (1994, p. 64).

Poderíamos dizer também que, no Brasil, a compreensão do que é ser jovem perpassa pela questão cronológica. Isso significa dizer que para ser considerado jovem no Brasil, o sujeito precisa estar entre 15 e 29 anos de idade, segundo o que preconiza o Estatuto da Juventude⁴ (BRASIL, 2013). É importante perceber que muito embora o Estatuto da Criança e do Adolescente⁵ (ECA) (BRASIL, 1990) diga que os sujeitos entre 12 e 18 anos de idade são considerados adolescentes no Brasil, o próprio Estatuto da Juventude reconhece que nesta faixa etária, compreendida entre 15 e 18 anos, o sujeito “adolescente-jovem” será regido pelo ECA e, quando não houver conflitos, também pelo Estatuto da Juventude.

Em algum momento da história, o significado do termo “jovem” se confunde com o termo “juventude” e neste contexto, apresentamos ser um distinto do outro, embora apareçam estar conectados, ou interconectados.

Juventude(s) parece estar ligada à situação cultural e grupal. Parece estar ligada a um contexto sócio histórico ou político capaz de definir as formas de estar na sociedade. “Juventudes” se apresenta como uma forma de “organização social” e não simplesmente uma época da vida. Enquanto isso o “ser jovem” nos remonta a um dado lugar no tempo e espaço, a uma data específica, uma idade. “Jovem” parece estar ligado diretamente a uma faixa etária, ou um ciclo da vida do ser humano em que todos passaremos por ele. Assim, jovem é a pessoa que atingiu uma idade, ou um conjunto de modificações, que completou uma fase do ciclo da

⁴ Estatuto da Juventude: Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.

⁵ Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

vida, a saber: a infância, e agora, antes de se tornar adulto, passa pelo ser jovem. Inclusive, essa premissa é percebida na definição de uma faixa etária específica para ser considerado jovem no Brasil quando o Estatuto da Juventude, bem como o ECA, definem, a partir do recorte cronológico, quais sujeitos fazem parte de suas diretrizes.

Dessa forma, teremos “jovens” e “juventudes” que assumem um lugar específico na história e no contexto social.

Mesmo tendo claro que tanto a definição quanto a compreensão do que é ser jovem e o que é juventude não é uma questão simples, levando em consideração a discussão que se procurou levantar até o presente, optaremos por compreender, neste trabalho, o sujeito jovem, como define o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) como uma fase específica da vida, compreendida entre a faixa etária de 15 a 29 anos de idade. Ainda neste trabalho, compreendemos juventude(s) como uma organização social, com características distintas, diversas e singulares e que está ligada a uma forma de ser e estar na sociedade.

IDENTIDADE(S) E JUVENTUDE(S) EM SURUBIM

O processo identificatório, ou pode-se chamar de pertença, da juventude ao seu local de nascença e/ou de moradia pode ser caracterizado como conceituou Woodward (2007) como sendo uma identidade marcada pela diferença. “O que marca a faixa etária do jovem é a descoberta de si próprio, a descoberta do outro como elemento importante em sua construção de personalidade”, ou neste caso, identidade(s) (SANTOS, 2012, p. 14).

Esse processo identitário não é, portanto, unilateral e nem tão pouco homogêneo, é marcado “por meio de símbolos” (WOODWARD, 2007, p. 9). Os símbolos através dos quais identificamos a juventude de Surubim são suas políticas públicas em relação ao que compõe o cenário nacional e/ou internacional de construção dessas políticas e aquilo que se percebe no território ao seu redor, já que essa construção da identidade “é tanto simbólica quanto social” (*ibem*, p.10).

A dinâmica entre “o social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades” dando significado às práticas e às relações tecidas socialmente (*idem*,

p. 14). O diálogo entre aquilo que é experimentado ou construído socialmente, portanto coletivo, para aquilo que é experiência ou que faça parte do constructo pessoal e particular, fazem parte da ideia de que a classificação da diferença são processos vividos nas relações sociais (*idem, ibidem*). O que mostra a importância dessas relações nesse processo de vivificação e/ou construção da identidade, diretamente ligadas à juventude de Surubim, diz respeito à construção das Políticas Públicas de Juventude (PPJ) em nível local tendo a participação direta da juventude nesse processo (SANTOS, 2011).

Em relação a esses significados acerca da dinâmica entre social e simbólico, faz-se necessário analisar os sistemas de representação que tem relação entre a cultura e o significado, segundo Woodward (2007). São essas representações que dão sentido ou significado aos nossos sistemas simbólicos que por nós são produzidos ou dizem daquilo que nós somos. São essas representações que “estabelece identidades individuais e coletivas” e esses sistemas simbólicos são possíveis de responderem às indagações pessoais da construção e/ou percepção da identidade do sujeito (WOODWARD, 2007, p. 17). Esses sistemas de representação são capazes de construir o lugar da fala e do posicionamento da pessoa, neste caso o jovem.

Dentro desse universo, os jovens se relacionam por entre aquilo que Bourdieu chamou de “campos sociais” (*apud* WOODWARD, 2007, p.30). Esses “campos sociais” exercem diferentes papéis no que diz respeito à autonomia dos envolvidos. “A etnia e a ‘raça’, o gênero, a sexualidade, a idade, a incapacidade física, a justiça social e as preocupações ecológicas produzem novas formas de identificação” (WOODWARD, 2007, p. 31). Essas formas de identificação têm mudado ao longo dos tempos e assumido novas expressões, novas representações. A esse processo de construção da identidade através da sexualidade, Erik Erikson (1987) chama de “intimidade”.

Fazendo um destaque da tabela elaborada por Helen Bee (2003) citando os estágios de desenvolvimento propostos por Erickson, podemos identificar entre os sujeitos deste artigo – jovens entre 15 e 29 anos de idade – dois estágios importantes para compreender o processo de desenvolvimento da pessoa. São eles: entre 13 e 18 anos, chamado por Erickson de “identidade *versus* confusão de papéis” e dos 19 aos 25 anos “intimidade *versus* isolamento” (*apud* BEE, 2003, p. 308). É importante destacar dois pontos em relação a estes estágios de

desenvolvimento propostos por Erikson (*apud* BEE, 2003). Primeiro é que na fase chamada de “identidade *versus* confusão de papéis” o sujeito “adolescente-jovem” está envolvido em se adaptar a mudanças físicas, o que inclui a puberdade, identificação sexual e a escolha de uma carreira profissional, enquanto que na fase caracterizada de “intimidade *versus* isolamento” esse jovem já está imbuído de estabelecer relacionamentos íntimos, que se configuram para além do amor da adolescência, buscando casar-se e constituir família, porém, alerta Pais (2006, p. 8), “não é certo que seja para vida toda”.

Esses campos sociais, como é o caso do IPJ, assumem um posicionamento não essencialista a respeito da identidade, quando compreendem/acreditam que o processo identitário de seus sujeitos – neste caso específico a juventude –, não é unilateral, nem fixo. Para definir uma posição não essencialista, focalizamos nas “diferenças, assim como as características comuns ou partilhadas”, no que diz respeito ao seu próprio grupo social ou entre “outros grupos étnicos” (WOODWARD, 2007, p.12). Essa concepção tem direcionado para a compreensão de que as identidades não são fixas, porém cambiantes. E é com essa perspectiva que pensamos os movimentos sociais, em especial o IPJ, concentrado em “afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado” (*idem*, p. 34), neste caso a juventude de Surubim, em seu formato de políticas públicas destinada ao jovem.

“QUANDO NÃO DÁ MAIS PARA PARAR”: A QUESTÃO DA CONSTRUÇÃO DO IPJ E SUA INTERRELAÇÃO COM A (POLÍTICA DE) JUVENTUDE EM SURUBIM

Segundo observa Santos⁶ (2011), a mobilização da juventude em Surubim em torno da criação do Conselho Municipal da Juventude (CMJ) naquela cidade se deu através de iniciativas da sociedade civil, onde se iniciou um processo de construção dos instrumentos de protagonização e participação da juventude. Identificamos que a Pastoral da Juventude (PJ) de Surubim foi uma das precursoras por referenciar lideranças juvenis no cenário de atuação político-participativo com essa classe

⁶ Este é um Artigo de Conclusão de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Juventude no Mundo Contemporâneo da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia e Rede Brasileira de Centros e Institutos de Juventude que teve como título “A participação dos/as Jovens na Construção das Políticas Públicas de Juventude em Surubim”, escrito por José Anierivson Souza dos Santos.

social, inclusive em nível nacional, dentro do seu próprio movimento (SANTOS, 2011).

O IPJ, fundado em 2010 por jovens provenientes da PJ, por sua vez, recebe destaque pela mobilização para a criação da “Rede de Defesa dos Direitos da Juventude de Surubim”, pelas assessorias aos grupos e às organizações e também pelos minicursos oferecidos (*idem, ibidem*). Essa articulação dá ao IPJ o conceito que Paulo Silvino Ribeiro (s/d) chamou de “ação coletiva de um grupo organizado”. Essa visão que se dá aos movimentos sociais nos direciona a perceber estas articulações como instrumentos identitários dos sujeitos envolvidos. Não se pode deixar de citar também que este conceito nos direciona a perceber o movimento social como sendo uma articulação que possui objetivos em comum que se propõe, de forma geral, a interferir em determinada realidade, dentro de um contexto específico e “permeados por tensões sociais” (RIBEIRO, [s/d]).

Como dissemos anteriormente, o IPJ surge como resultado da mobilização juvenil iniciada a partir da PJ quando estes decidem discutir as temáticas referentes às políticas de juventude no município e tentar organizar um processo de construção do CMJ em Surubim. Destaca-se nesse sentido a realização da Semana da Juventude 2009 que tinha como objetivo disseminar o diálogo sobre as questões referentes à condição juvenil, no que diz respeito às suas políticas públicas específicas, e também em sensibilizar os governos municipais para o tema, visto que até então esta discussão era exclusivamente mediada e realizada pela sociedade civil (SANTOS, 2011).

Anterior à realização desta Semana Juventude 2009, Santos (2011) comenta que foram realizadas diversas reuniões de mobilização das instituições da sociedade civil em torno da compreensão do papel protagonizador do CMJ no município. Quanto a esta temática, de um conselho de juventude ser espaço de potencialização e/ou construção da(s) identidade(s) da(s) juventude(s), destacamos o que Santos (2012) comenta:

Pensar então num Conselho de Juventude que proporcione aos adolescentes e jovens espaços de empoderamento, ou seja, de protagonismo e exercício de sua identidade é compreender que os mesmos estão potencializando e oportunizando os jovens em sua totalidade e natureza, respeitando suas necessidades e percebendo suas demandas. Só um Conselho ‘maduro’ conseguirá proporcionar aos seus conselheiros esse espaço, visto que existe em sua composição uma diversidade de cultura, raças, credos, conceitos entre outras particularidades e isso influi na tomada de decisões e na elaboração de propostas que atinjam as mais diversas camadas de jovens da sociedade (SANTOS, 2012, p. 15-16).

Dessa forma, imaginamos que o IPJ surge como uma demanda identificada pela própria equipe da PJ, articulados com outras organizações de juventude do município, e que viria preencher a lacuna existente entre a compreensão do sujeito jovem e a inserção dessa população na agenda do governo. Nessa perspectiva, analisando seu Projeto Político Pedagógico (PPP), o IPJ nasce com a ideia de fortalecimento do protagonismo juvenil e no desenvolvimento integral da juventude, buscando afirmar estes jovens como promotores da cidadania a partir de suas intervenções diretas em suas próprias políticas públicas (IPJ, 2010).

Partindo deste princípio, o IPJ seria, por nossa conclusão, um espaço legítimo de protagonismo juvenil e de construção de identidade(s) individual e coletiva da juventude em Surubim. Primeiro, por representar o resultado do “desejo” de uma parcela significativa da diversidade juvenil de Surubim e depois por apresentar em suas discussões a compreensão do jovem como uma construção social em distintas dimensões, contemplando assim sua faixa etária, desejos, relacionamentos, local de moradia, culturas, espiritualidade, expressão corporal, entre outras.

As atividades realizadas pelo IPJ desde sua fundação corroboram para esta afirmação. Além de realizar anualmente a “Semana Juventude Protagonista” que busca, além de levantar estudos acerca da condição juvenil na atualidade, promover a participação juvenil em todas as instâncias sociais, o IPJ já tem realizado diversas atividades e estudos relacionados a diferentes questões que envolvem a juventude, em especial a juventude surubinense. Destacamos entre as atividades promovidas pelo IPJ ao longo dos seus quatro anos de atuação, as rodas de conversa realizadas com adolescentes, jovens e educadores em torno de diferentes temáticas; os cursos virtuais e presenciais oferecidos cujas temáticas envolvem políticas públicas, sexualidade, bullying, redução de danos e uso de drogas, entre outros; seminários, pesquisas, publicações e assessorias a encontros e eventos com foco em juventude e mais recentemente a publicação de uma revista tecnocientífica de abrangência internacional.

PROCESSOS EDUCATIVO-CULTURAIS: VISLUMBRANDO UMA PRÁTICA TRANSDICISPLINAR PELO IPJ

Uma educação autêntica não pode privilegiar a abstração no conhecimento. Deve ensinar a contextualizar, concretizar e globalizar. A educação transdisciplinar reavalia o papel da intuição, da imaginação, da sensibilidade e do corpo na transmissão dos conhecimentos.

Art. 11, Carta da Transdisciplinaridade
Convento de Arrábida, Portugal, 2-7 de novembro, 1994.

Os estudos sobre a transdisciplinaridade nos apontam para a compreensão da “unidade do conhecimento” e diz respeito àquilo que está “entre”, “através” e “além” de qualquer disciplina (NICOLESCU, 1999, p. 22). Através dos três pilares da transdisciplinaridade, segundo Nicolescu (1999), a saber: os níveis de realidade, a complexidade e o terceiro termo incluído, é que poderemos discutir a respeito da metodologia do fazer transdisciplinar, neste caso mais específico os processos educativo-culturais do IPJ.

Ao que consta no PPP do IPJ seus processos educativos visam que o sujeito de sua ação tenha reflexão teórica como eixo estruturante para a valorização de sua autonomia, que desperte a criticidade, a ousadia, a alegria, a esperança, o questionamento cotidiano e que usem o diálogo como instrumento de comunicação e educação (IPJ, 2010). Nessa perspectiva, poderíamos dizer, assim como disse Meirieu, que esta prática busca fornecer ao público alvo das ações “uma cultura que lhes permitirá articular, religar, contextualizar, situar-se num contexto e, se possível, globalizar, reunir os conhecimentos que adquiriram” (*apud* MORIN, 2007, p. 31).

Ainda segundo seu PPP, o IPJ possui quatro programas que compõem a gestão da organização e que determinam sua metodologia, são eles “Programa de Formação Integral para Jovens”, “Programa de Formação Continuada para Educadores de Jovens”, “Programa de Articulação em Redes” e “Programa de Gestão e Fortalecimento Institucional” (IPJ, 2012, p. 9-10). Dessa forma, O IPJ destaca que é uma tarefa de todos e objetivo da organização, “Contribuir no processo de protagonizar a juventude em seus diversos níveis: social, psicológico, religioso, afetivo, político, educacional”, entre outros (*idem*, p. 11).

A compreensão do IPJ em relação ao que é ser jovem está ligada mais diretamente a diferentes níveis de realidade desses sujeitos, que hora é

compreendido a partir de sua faixa etária (visão jurídica), por suas modificações corporais (visão biológica), como uma construção social (visão antropológica), como um momento de transição e modificação (visão psicológica), como um grupo populacional específico (visão demográfica) ou através do contexto em que estão inseridos (visão sociológica). Ao que parece correto afirmar é que o IPJ não faz opção por uma única visão sobre o conceito de juventude, ou melhor, não anula uma em detrimento da outra. Seu objetivo está marcado, mais especificamente, em produzir mecanismos/dispositivos que consigam proporcionar ao seu público alvo – adolescentes/jovens e educadores de jovens – a construção “não apenas de seus projetos de vida, mas, principalmente de sua vida, por completo”, garantindo assim que “mais jovens e juventude sejam protagonistas” (IPJ, 2010, p. 11).

O IPJ mesmo sendo uma organização com foco em juventude(s) faz opção metodológica por inserir também os educadores de jovens como público alvo de suas ações, pois acreditam que são esses educadores, em linhas gerais, os grandes responsáveis pela formação de uma juventude que seja protagonista (IPJ, 2010). A esse respeito, em seu PPP, o IPJ cita que “Conviver, trabalhar, monitorar e subsidiar um público juvenil requer conhecimento, dedicação, amor e metodologia certa”, porém não é apenas, nem somente, “dar receitas prontas”, mas dispor de instrumentos que sejam capazes de facilitar o “acesso” a esses jovens (IPJ, 2010, p. 10-11).

Segundo Morin “A missão primordial do ensino supõe muito mais aprender a religar do que aprender a separar (...) Simultaneamente é preciso aprender a problematizar” (2007, p. 68). Essa religação e problematização citada pelo Morin vemos na proposta pedagógica do IPJ quando se fala que é de suma importância que a organização proporcione a seu público alvo a revisão de situações conflitantes de cunho pessoal, entre seus pares, sua família, as instituições e o sagrado e que para isso é necessário proporcionar aos jovens “um lugar de escuta e fala, onde os mesmos descubram a importância do respeito mútuo e da presença do outro” (IPJ, 2010, p. 8).

“Religar e problematizar caminham juntos” disse Edgar Morin (2007, p. 69) e é nessa perspectiva que observamos os processos educativos-culturais do IPJ, visando, entre outras questões, perceber o sujeito jovem como heterogêneo, diverso, porém também único e singular, o que a compreensão de uma não anula a outra ou não a inferioriza, dando-nos assim a compreender que em vista de tais

práticas metodológicas é possível perceber que o adolescente/jovem, bem como seus educadores, são compreensões transdisciplinares no fazer pedagógico do IPJ, a partir do que temos percorrido ao longo deste artigo.

CONSTRUINDO O SUJEITO JOVEM A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA PÓS-CRÍTICA OU TRANSDISCIPLINAR

Conforme citou Soares (*apud* SIQUEIRA, 2009, p. 58) “as condições sociais, econômicas e culturais que determinam a escola e o ensino” são percebidas em cada momento histórico e tais condições são diferentes em cada época. As transformações sociais foram (e ainda são) condicionantes importantes para as significativas mudanças no cenário educativo brasileiro. Desde a época em que a transmissão do saber se dava de forma oral e prática, entre os séculos XI e XII e chegando ao período em que a construção deste conhecimento se dá através da ruptura disciplinar unilateral onde o único sujeito dessa construção era o educador (SIQUEIRA, 2009) as questões que envolviam a sociedade de cada época era determinante para o tipo de postura educativa adotada.

Nessa perspectiva, o modelo de currículo tradicional que, de modo geral em sua prática, objetivava a transmissão do saber da classe dominante sem levar em consideração os seus grupos minoritários existiu em resposta a uma sociedade em que a educação era privilégio apenas da nobreza (SIQUEIRA, 2009). Ainda, nessa mesma perspectiva compreendemos como disse Silva (2010, p. 148) que “O currículo é uma invenção social como qualquer outra: o Estado, a nação, a religião, o futebol... Ele é o resultado de um processo histórico”.

Dessa forma, relacionando as teorias críticas e pós-críticas do currículo com os processos educativos-culturais proposto pelo IPJ em seu PPP e, levando também em consideração seu Estatuto Social, percebemos que seus objetivos apontam para a ideia de que o currículo é forjador de identidade(s), como citou Silva (2010). Essa afirmação se baseia, entre outras coisas, ao perceber que em sua proposta pedagógica o IPJ caracteriza sua atuação através da “promoção da cidadania e do protagonismo juvenil”, lema da organização.

Poderíamos então dizer que o legado das discussões em torno das teorias críticas e pós-críticas – conscientes aqui da generalização que pode ser feita – está em torno do Poder. Por sua vez, a teoria pós-crítica tem difundido a ideia de que

este Poder, compreendido na teoria crítica de forma centralizada, agora “está em toda parte e que é multiforme” (*idem, ibidem*). Conforme discutiu Silva não dá mais para compreender o currículo simplesmente através de “conceitos técnicos”, de “categorias psicológicas” ou de “imagens estáticas”, pois numa perspectiva pós-crítica “o currículo pode ser todas essas coisas, pois ele é também aquilo que dele se faz” (2010, p. 147).

Se como citou Silva (*idem*, p. 148) o currículo, de forma geral, é “um território político” e procura reproduzir estruturas e ideologias de classes sociais dominante/capitalista, ou seja, “é resultado de um processo histórico” e que em determinado momento há a consolidação de modelos curriculares em detrimento de outros, é também a partir “de um processo de invenção social que certos conhecimentos acabam fazendo parte do currículo e outros não”. E nessa perspectiva, o IPJ (2010, p.4) vem definir que entre seus objetivos está o de

Desenvolver ações e práticas assistencial, social, educativo e cultural isenta de preconceito ou discriminação seja de raça, cor, credo religioso ou político, que possibilitem a integração social dos jovens na sociedade, através do exercício efetivo da plena cidadania

corroborando assim para a afirmativa de que, nas teorias pós-críticas, “O poder está espalhado por toda a rede social” e que ele “não tem mais um único centro” (SILVA, 2010, p.148).

Como já dissemos antes os três pilares que sustentam a transdisciplinaridade são os níveis de realidade, a complexidade e o terceiro termo incluído (NICOLESCU, 1999). Isso nos faz compreender que o papel da educação, portanto do currículo, é o de fugir da abstração do conhecimento e buscar contextualizar, concretizar e globalizar as diferentes concepções que corroboram para a construção do conhecimento. Dito isso, afirmamos que a concepção de um currículo pós-crítico também pode ser entendida como uma concepção de currículo que tem relação com uma abordagem transdisciplinar. As bases que sustentam a concepção do currículo pós-crítico, como já desenvolvemos ao longo desse item – sustentados, sobretudo, por Siqueira (2009) e Silva (2010), se aproxima dos três pilares da transdisciplinaridade. Em termos gerais, o currículo pós-crítico é um currículo transdisciplinar. Dessa forma, as temáticas que emergem numa abordagem transdisciplinar podem ser contempladas pela concepção pós-crítica do currículo.

Ainda citando Silva (*idem*, p. 149) o conhecimento não se opõe e não é exterior ao poder, também não é “aquilo que põe em xeque o poder: o conhecimento é parte inerente do poder (...) Todo conhecimento depende da significação e esta, por sua vez, depende de relações de poder”. Citando os Fundamentos Político-Educativos do IPJ contidos em seu PPP percebemos que para a Instituição há “uma necessidade emergente de transformar os padrões sociais vigentes, e tais inovações só poderão vir a ocorrer com um novo olhar sobre a realidade” e acrescenta ainda que a essa transformação deve ser levada em consideração “O respeito às diferenças, a valorização e o compromisso com a vida, a percepção do outro, a consciência planetária, de que fazemos parte de um grande universo em que somos causa [e] consequência do que é traçado na história” (2010, p. 5).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E, propondo uma “conclusão parcial” desse estudo que transcorre na proposta de investigar como os processos educativos do IPJ contribuem na construção da(s) identidade(s) da juventude em Surubim é pertinente dizer, assim como disse Silva (2010, p. 150) que “O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade”, portanto, como vemos no PPP do IPJ,

(...) não deve ser um fim único, pronto e em si (...) é o fruto de uma interação, de trocas e de mudanças conceituais e estruturais, e deve levar o indivíduo a desenvolver-se em seus múltiplos aspectos: biológico, cognitivo e social. Representa um forte e importante mecanismo de conscientização e libertação, tornando-se um espaço de transformação política, intervenção social e construção da cidadania. Não é somente uma transferência de conhecimentos, mas algo que é construído e reconstruído permanentemente na relação que se dá entre educadores e educando visto que, não somente os educadores vêm carregados de saberes, mas também os jovens, que são vistos como detentores de conhecimentos, a partir de sua vivência e história pessoal (IPJ, 2010, p. 5-6).

Assim sendo, levando em consideração o que já foi percorrido neste trabalho e considerando também que este é resultado parcial de nossa pesquisa de mestrado que deseja investigar como os processos educativos do IPJ contribuem na construção da identidade da juventude em Surubim, concluímos que a utilização de procedimentos diversos, inter e transdisciplinares, sustentado pela concepção pós-crítica do currículo, bem como a compreensão de que a(s) juventude(s) é uma categoria social, composta neste artigo, de sujeitos entre 15 e 29 anos de idade, contribuem para a construção identitária da juventude, que é heterogênea, não linear

e resultado de distintos processos sócio-culturais. Dessa forma, é possível afirmar que o IPJ, em Surubim, através de suas atividades educativas, como já discorreremos ao longo deste artigo, contribui na construção de identidade(s) de jovens numa perspectiva transdisciplinar e pós-crítica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. Juventude: uma agenda nova no debate das políticas. In: FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). **Conselho Nacional de Juventude: Natureza, Composição e Funcionamento – agosto 2005 a março de 2007**. Brasília – DF/São Paulo: CONJUVE; Fundação Friedrich Ebert; Ação Educativa, 2007.

ABRAMO, Helena. **Cenas Juvenis – punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: ed. Scritta, 1994.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 31 mai 2014.

BRASIL. **Estatuto da Juventude. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em 31 mai 2014.

ERIKSON, Erik H. **Identidade, Juventude e Crise**. Trad. Álvaro Cabral. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

INSTITUTO DE PROTAGONISMO JUVENIL. Institucional. **Nossa História**. Disponível em: <<http://jovensprotagonistas.wix.com/ipjorg#!nossa-historia/c1ot7>> Acesso em: 01 mai. 2014.

IPJ: Instituto de Protagonismo Juvenil. **Resolução nº 02/2010. Projeto Político Pedagógico**. Surubim: IPJ, 2010.

KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo (Orgs.). **Juventude e Sociedade**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2004.

MARTIN-BARBERO, Jesús. A mudança na percepção da juventude: sociabilidades, tecnicidades e subjetividades entre os jovens. In: BORELLI, Silva H. S. e FREIRE FILHO, João (Orgs.). **Culturas juvenis no século XXI**. São Paulo: EDUC, 2008.

MORIN, Edgar; ALMEIDA, Maria da Conceição; CARVALHO, Edgard de Assis (Orgs.). **Educação e Complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. – 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

NICOLESCU, Basarab. **O Manifesto da Transdisciplinaridade**. Tiom: São Paulo, 1999.

PAIS, José Machado. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de & EUGENIO, Fernanda (Orgs.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2006.

RIBEIRO, Paulo Silvino. **Movimentos Sociais: breve definição**. [s/d]. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/sociologia/movimentos-sociais-breve-definicao.htm>. Acesso em: 01 mai. 2014.

SANTOS, José Anierivson Souza dos. **A participação dos/as Jovens na Construção das Políticas Públicas de Juventude em Surubim**. Artigo de pós-graduação apresentado a Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Goiânia, 2011.

SANTOS, José Anierivson Souza dos. Afirmção da Identidade Juvenil a partir dos Conselhos de Juventude. **Revista Redemoinho**, São Leopoldo, ed. 17, p. 12-17, junho. 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. – 3. Ed. – 1. reimp – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SIQUEIRA, Débora Camacho A. Do Currículo Tradicional ao Pós-Crítico: um panorama histórico do ensino da língua portuguesa. **Revista Acta Científica**, [s/l], 1º semestre de 2009.

WOODWARD, Kathryn. Uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.